



FRONTEIRA: UMA CATEGORIA HISTÓRICA

Halline Mariana Santos Silva^{*}
Suely dos Santos Silva^{**}

RESUMO: Este ensaio pretende focar a concepção de fronteira, especialmente à luz dos textos: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* de José de Souza Martins e *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* de José Graziano da Silva. A ocupação dos “espaços vazios” foi um dos momentos centrais na integração das terras férteis do Brasil à economia mundial. O imaginário desta ocupação serviu de mito fundador da nacionalidade e de desenvolvimento capitalista. Esse mito fundador forjou a compreensão do brasileiro sobre a terra. Este trabalho procura olhar a fronteira sob o prisma de *mito reforçador da nação* ou da *formação da unidade nacional*, como categoria analítica dos fenômenos históricos.

Palavras-chave: conflitos sociais, fronteira e capitalismo.

ABSTRACT: This essay intends to show the conception of frontier in the light of the following texts: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* (Boundary: The decay of the Other in the end of the Human), by José de Souza Martins, and *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* (The painful modernization: agricultural structure, farming frontiers and rural workers in Brazil), by José Graziano da Silva. The colonization of Brazilian empty land was one of the key moments in the integration of Brazilian fertile areas to the worldwide economy. The imaginary of this colonization boosted the myth of a new born nation whose development was capitalist. This myth served as an important mark for Brazilians' understanding of their land. This paper aims to deal with the frontier under the point of view of the myth of nation or the formation of a national unit as an analytical category of historical phenomena.

Key-words:

Introdução

No Brasil, governos de diferentes tendências, mesmo em momentos históricos diferentes, fizeram esforços no sentido de promover o mito da epopéia dos bandeirantes –

^{*} Mestranda em Educação - FE/UFG e bolsista do CNPq.[e-mail: hallinemariana@hotmail.com]

^{**} Mestre em Educação pela FE/UFG - Docente do Curso de Pedagogia do CAJ/UFG. suelyjti@hotmail.com

período colonial – no intuito de resgatá-la e assemelhar a ocupação do interior do país. Observa-se que na expansão do ciclo econômico cafeeiro, e com a “marcha para o oeste” iniciado com o governo de Getúlio Vargas, houve a tentativa de estabelecer a ampliação do domínio do Estado através da organização político-administrativa na região interiorana do Brasil. Esse processo de expansão e dominação territorial teve continuidade com a colonização da Amazônia nos governos militares.

A colonização da fronteira pré-amazônica passou a ser vista como uma solução, mesmo que parcial, para o problema da exclusão social. O governo federal criou mecanismos de incentivos fiscais, financiamentos e alocação de recursos para a colonização privada e pública até o início dos anos de 1980. Por volta desse período, o processo de liberalização política já estava a meio curso. Desde a década de 1930, as relações entre os meios rural e urbano vêm sendo intensamente modificadas pelo ativo, próprio das condições capitalistas de produção. A visão idealizada dos processos de ocupação tem como pano de fundo, objetivos político-econômicos imediatos.

Destarte, além de construção ideológica, o significado de fronteiras é também segundo Borges (2004), representação intelectual, portanto, este artigo, apresenta o significado de fronteira em alguns autores que discutem o tema. Como veremos, os pontos de vistas sobre fronteiras são divergentes, assim, esses pontos de vista não podem ser colocados numa mesma perspectiva. Há no campo teórico, divergentes concepções de fronteiras. Conforme Borges (2004).

Otávio Guilherme Velho (1979) foi pioneiro na discussão acadêmica a respeito da fronteira na formação histórico-espacial do Brasil. O autor adota a formulação de Cassiano Ricardo segundo a qual as bandeiras – atuando como fronteira em movimento – deram início à conformação da nação e à gestão do autoritarismo brasileiro. Percebe-se, com acuidade, a analogia que Cassiano Ricardo estabelece entre bandeira e Estado Novo, no processo de ocupação territorial, sugerindo estar em jogo na fronteira uma carga simbólica muito densa na construção do drama do encontro da nação com seu destino. (BORGES, 2004, p.229).

É partindo dessa formulação que outras representações intelectuais se desenvolvem sobre fronteira, ora como um espaço de conflitos e litígios, um lugar onde as

relações de poder são explicitadas econômica e culturalmente, pois se trata de espaços ocupados por grupos sociais distintos com interesses diversificados em contextos históricos diferentes, ora como algo dinâmico que pode estar ocupado em um momento e pouco tempo depois não mais o está, como veremos a seguir.

A discussão de fronteiras em José de Sousa Martins

José de Sousa Martins aponta em seu livro “*A degradação do outro nos confins do humano*” os aspectos essenciais da multiplicidade da fronteira, que nesse campo como em qualquer outro, ocorrem as disputas de poder que são possíveis em função da correlação de forças que se estabelece num contexto concorrencial capitalista.

A fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. (MARTINS, 1997. p.13)

A construção do discurso dominante, constituído, segundo Martins, pelo *imaginário do poder*, no que se refere às fronteiras dos Estados Nacionais no senso comum e, em grande medida no discurso acadêmico, aborda a formação das fronteiras internas destacando figuras proeminentes ou grupos sociais que, desbravando um território selvagem, despovoado, teriam construído a civilização no espaço conquistado. Esse discurso privilegia a ideologia do pioneiro, deixando de lado *o essencial*, o aspecto trágico da fronteira enquanto espaço dinâmico e contraditório causado pelos conflitos entre os diversos grupos sociais étnicos que ocuparam a região provida de interesses específicos.

O aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de

cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista racional e moderna. (idem, p.15)

No entendimento de Martins para se compreender a conceito de fronteira é preciso distinguir frente pioneira de frente de expansão, nesse sentido, para esse autor, *frente pioneira* se define economicamente pela presença do capital na produção e na exploração capitalista das terras, e a *frente de expansão* pelos grupos que saem em busca de terras para garantir a sobrevivência como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira o indígena e significando a situação de contato. Ambas representam momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades da expansão territorial do capital, portanto, expressões de um mesmo processo, ou seja, um dos momentos de um mesmo processo.

Dessa forma, a frente pioneira seria como momento do processo do capital e a “frente de expansão” entende-se o movimento no qual a vida econômica não está estruturada na relação com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural, é economia de excedentes, na qual têm-se como primeiro objetivo a produção para subsistência e só secundariamente a troca dos produtos que se agregam à economia de mercado pelos excedentes que produz – mercadorias – e pela entrada de excedentes demográficos que não podem ser contidos na fronteira econômica.

Sendo assim, a frente de expansão na visão de Martins, faria parte da forma capitalista de produção contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta de mão-de-obra e na abertura do espaço para uma futura ocupação pela fronteira econômica.

Martins argumenta que, na contemporaneidade brasileira, *o que há de* sociologicamente mais relevante para definir a fronteira no Brasil é, justamente, a *situação de conflito social*. Na região Amazônica, por exemplo, havia tribos indígenas que ocupavam o território, os camponeses com a economia de subsistência e por fim a empresa capitalista. Grupos históricos (con) vivendo em espaços onde há tempos históricos diferentes e diferenciadores.

A análise de Martins avança na discussão do caráter dos conflitos sociais da fronteira, porém mantêm-se o dualismo ou a dicotomia das abordagens sociológicas anteriores. Ou seja, concebe a existência de um sistema específico de reprodução do campesinato de fronteira, baseado na 'terra livre', oposto ao regime de propriedade privada da terra. (BORGES, 2004, p.232)

Na visão sociológica de Martins (1997) a fronteira se constitui em razão da efetivação para a expansão do capital, assim é fronteira onde co-existem tempos históricos distintos - agricultura de subsistência e agricultura de exportação - à medida que os conflitos se extinguem, extinguem-se também a fronteira e o capital se estabelece.

A visão de Graziano Silva sobre fronteira

Para Graziano (1982), a fronteira não é necessariamente uma região distante, não ocupada demograficamente, vazia do ponto de vista demográfico. Determinada localidade é fronteira na ótica do capital, do ponto de vista das relações sociais de produção. Uma determinada região pode não apresentar uma produção e, no entanto, não ser mais fronteira, o que contrapõe ao sentido clássico de fronteira em que não havendo mais terras a serem incorporadas, a fronteira está ocupada, fechada. O sentido de fechamento empregado por este autor não relaciona necessariamente fechamento com utilização produtiva do solo. A ocupação pode ser no sentido de somente possuir um proprietário, evidenciando que ali, se esgotaram as terras "sem donos".

Sendo assim, o fechamento não se dá pela expansão de áreas cultivadas, valor de uso, e sim pelo valor de reserva, o *fechamento se dá de fora para dentro*.

Nas palavras de Graziano, a fronteira é resultado da *modernização dolorosa* no campo, e está ligada ao modelo de produção agrícola; é o destino na maioria das vezes dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais. A fronteira do ponto de vista político é para o autor, uma válvula de escape que mantém um pacto entre burguesia industrial e latifúndio.

Somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas.(idem, p. 232)

Quando a fronteira se fecha, acaba tornando-se ela mesma, uma região de conflitos. Tais conflitos expressam para Graziano indicativo do fechamento da fronteira, ou seja, quando há disputa pela posse da terra está em processo de fechamento, bem como, quando a propriedade da terra é regularizada, os preços tornam-se especulativos orientados pelo mercado imobiliário. Isso cria uma *zona de especulação da fronteira em movimento*, acompanhando e precedendo aquela. Essa zona contém as localizações cujo preço vai subir em uma medida previsível num futuro previsível, e assim, a especulação acaba não apenas acompanhando como também moldando o processo de transformação do espaço.

No plano social, [...] a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. [...] Quando a fronteira se “fecha”, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida [...] No plano econômico, a fronteira era uma espécie de “armazém regulador” dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana [...] havia um suprimento do mercado nacional através do escoamento dos “excedentes” da pequena produção, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se “fecha”, esse efeito de amortecimento tem de ser buscado na importação desses gêneros alimentícios e no tabelamento dos seus preços. No plano político, a fronteira tem sido a “válvula de escape” das tensões sociais no campo. (GRAZIANO, 1982, 223)

De acordo com Graziano da Silva (1982) a fronteira agrícola deve ser entendida no interior do desenvolvimento capitalista, pois é resultado da “modernização dolorosa” no campo, e ao invés de resolver a questão do monopólio da terra, agrega novas áreas a serem utilizadas de forma intensiva. Nota-se que a exploração das áreas de fronteiras se deu, principalmente, pelas culturas de exportação, que trazem em si um processo de concentração fundiária. É importante ter presente a idéia de fronteira agrícola como uma

estratégia de valorização capitalista. E que os critérios estabelecidos para esta valorização não levam em conta que, no limite, em um território, vivem pessoas humanas que, em decorrência das determinantes sócio-econômicas, possuem menor força para lutar e resistir às pressões do capital monopolista.

Algumas considerações

A formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a inclusão de novas áreas ao processo de produção. Ao longo do tempo a expansão se deu de formas diferentes e com características próprias, incorporando novas formas de ocupação, de produção e de relação com a terra.

Martins tece críticas à concepção de Graziano, que acredita que enquanto for região de fronteira a agricultura camponesa pode existir. É justamente a fronteira o “lócus” de reprodução camponesa. O conflito na fronteira é resultante do processo de fechamento dela uma vez que esta muitas vezes se fecha para reserva de valor e não para bens de produção. Em contrapartida, Graziano enfatiza que a fronteira do ponto de vista de Martins é subjetiva, já que para este a fronteira é um lugar de alteridade, de encontro de tempos e espaços distintos.

A fronteira é dinâmica, pode estar ocupada agora e, pouco tempo depois, não mais o está. A idéia de fronteira é uma construção histórica, e como tal, está relacionada a situações determinadas, por exemplo, ela tem atualmente servido como ampliação da agricultura de exportação.

O significado de fronteiras é histórico, portanto a sua discussão também o deve ser; com o processo de globalização não dá mais para falar em fronteira como uma válvula de escape ou armazém regulador como defende Graziano, em razão de que as condições históricas são outras das analisadas por ele.

No atual contexto temos, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra (MST) que tenta “re-abrir fronteiras”, processo denominado de a “revanche camponesa”. Esse movimento é visto por alguns como o retorno à terra dos que foram expulsos dela durante o processo de expansão das fronteiras. Assim, fronteira está diretamente relacionado com a correlação de forças de que é constituído o poder. A fronteira está onde o poder político e econômico está abrangendo.

No caso brasileiro a expansão da fronteira teve muito mais um sentido econômico, do que de expansão humana, como tem pregado o discurso político ideológico. Portanto, ao invés de incluir acabou por excluir os que não estavam ligados ao capital, uma vez que seu principal objetivo foi ampliar o mercado e incorporar novos espaços de produção capitalista.

Assim, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), parece que o processo de globalização tem diluído as fronteiras das dimensões política, econômica, social e cultural. Entretanto, é dentro de cada uma delas, e na relação entre elas que se conformam campos complexos de conflitos, que desautorizam quaisquer análises simplistas, e dos quais se deduz diferentes globalizações, de diversas ordens-políticas, artísticas, culturais, tecnológicas, econômicas financeiras, ou seja, o fenômeno da globalização colocou outras fronteiras, o que não significa que elas sejam de todo novas.

Hoje com a intensificação das dimensões econômicas e políticas ditas globalizadas, as relações sociais tendem a pressionar as fronteiras de antigos localismos de tradição, do nacionalismo, uma vez que os processos de globalização trazem sempre elementos complexificadores. As fronteiras entre territórios são assim, móveis. O homem que habita o espaço brasileiro possui diferentes interesses de acordo com a posição social que ocupa.

Nessa perspectiva, compreender o papel da fronteira na construção do Espaço - Nação é, a priori, condição para compreender que este foi estabelecido com a Independência do Brasil, porém, a sua conformação é um processo que está em permanente construção.

Nesse espaço co-habitam diferentes tempos e, na fronteira, esses tempos se expressam de forma particular. Em razão desta constatação é que a fronteira como categoria de análise é e continuará sendo importante. Essa importância se deve especialmente ao fato de que é fundante compreender a constituição do processo de produção capitalista em curso no Brasil, quanto a necessidade de que a análise teórica de um fenômeno historicamente constituído considere determinados aspectos. Dentre estes, é preciso em primeiro lugar, considerar as pessoas que desse processo fazem parte. E ainda que por força da constituição social brasileira, alguns sujeitos são obrigados a serem atores de uma peça sobre cujo enredo elas não puderam opinar. Portanto, qualquer discussão acadêmica ou

ação governamental deve considerar as pessoas historicamente constituídas e constituintes desse lugar. São elas que sofrem com as mudanças que o capitalismo impõe à constituição da fronteira.

Referências Bibliográficas:

BORGES, Barsanufu Gomides. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In *Escritas da história: intelectuais e poder*, Élio Cantalício Serpa et al. (Orgs.). Goiânia: UCG, 2004.

GRAZIANO, José da Silva. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.